

Materiais Educativos para a Comunicação com a Agricultura Camponesa na Perspectiva da Agroecologia

Educational Materials for the Communication with Peasant Agriculture in the Agroecology Perspective

Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira¹
Claudenir Fávero²

RESUMO: O presente artigo constitui-se em um esforço reflexivo sobre a elaboração de materiais de apoio pedagógico e de comunicação para comunidades, organizações e movimentos sociais camponeses. Contrapondo o padrão difusionista-excludente da extensão rural modernizante, a Agroecologia e a Educação Popular apresentam princípios e aportes metodológicos capazes de contribuir na construção de novas abordagens comunicativas e de aprendizagem. Elas devem atuar em função da participação dos sujeitos e da apropriação coletiva dos saberes. A superação da visão hierárquica entre conhecimentos científicos e populares e o compromisso ético-político com as classes oprimidas devem orientar pesquisadores/as e extensionistas que atuem nesta perspectiva. São apresentadas e discutidas algumas iniciativas de diálogos com comunidades camponesas do nordeste de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Camponesa. Agroecologia. Educação Popular. Movimentos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Guiadas por aspirações industriais, a maioria das políticas estatais implementadas nas últimas cinco décadas foram referências para a imposição do paradigma moderno/convencional de produção no campo brasileiro. No que tange a construção do conhecimento, o discurso modernizante se materializou nos incentivos governamentais às pesquisas científicas para a agricultura industrializada. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, com o objetivo de oferecer resultados objetivos à demanda tecnológica é parte destas políticas (SHIKI, 2009).

Com as pesquisas direcionadas à adequação do chamado “pacote tecnológico” à realidade brasileira, coube a extensão rural difundí-lo. Sob a base teórica da escola norte-americana de sociologia rural, os serviços de extensão rural pressupunham

¹ Educador Social da Cáritas Diocesana de Almenara – Baixo Jequitinhonha/Minas Gerais. E-mail: gabriel_dayer@yahoo.com.br

² Professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Integrante do Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC/UFVJM. E-mail: parana@ufvjm.edu.br

que os/as camponeses/as precisavam ser retirados do atraso que se encontravam (PETERSEN, 2007). Como afirma Silva (2004, p. 20): “A modernização era identificada ao desenvolvimento, à cidade e à industrialização. O Brasil era visto, na realidade, como sendo dois Brasis: o moderno, correspondente ao urbano e, o atrasado, correspondente ao rural.”

Aos olhos desenvolvimentistas o saber e a criatividade camponeses, que há séculos reproduzem estratégias de convivência e respeito com a diversidade tropical, representavam uma barreira à incorporação do paradigma moderno. Para rompê-la utilizou-se um grande aparato ideológico. A sabedoria popular passa então a ser rotulada como arcaica, ineficiente e anticientífica. Assim, em um mundo onde o saber camponês é repleto de “pecados”, o pesquisador adquire *status* de criador e o extensionista rural o de pregador.

É neste contexto que no Chile, em 1969, Paulo Freire escreve o clássico e atual livro “*Extensão ou Comunicação?*”. Nele, o educador reflete sobre o caráter antidialógico e de invasão cultural da ação extensionista frente às comunidades camponesas. A imposição de conhecimentos e padrões exógenos para essas comunidades representa uma opção pela marginalização de suas populações uma vez que, sem poder de decisão, as pessoas tornam-se objetos da ação, nunca sujeitos. Nas palavras de Freire (1983, p. 38): “Na modernização, de caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro de decisão não se acha na área em transformação, mas fora dela. A estrutura que se transforma não é sujeito de sua transformação.”

Esta observação é fundamental para se entender o que representa a ação extensionista-homogeneizadora frente às realidades heterogêneas do campesinato brasileiro. Mais que a substituição de técnicas e saberes por outros, ela carrega a imposição de uma ideologia (visão de mundo da classe dominante) expressa no discurso modernizador dos técnicos – extensionistas convencionais.

O enunciador é o suporte da ideologia, vale dizer, de discursos que constituem a matéria prima com que elabora seu discurso. Seu dizer é a reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social. Não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo social diz. (FIORIN, 2006, p. 42).

Nos campos ideológico e de ação do capital não cabem outras formas de relacionamento com o meio natural se não as de artificialização e uniformização para obtenção de maiores índices de produção e produtividade e, conseqüentemente, mais lucro. Por isso o “ser” camponês, que expressa uma relação coevolutiva e de convivência com os ecossistemas, não possui lugar na pauta desenvolvimentista. Como assegura Shiva (2003), o uso dos termos “científico” com referência aos sistemas modernos e “anticientífico” aos sistemas tradicionais de saber tem pouca relação com o *saber* e muita com o *poder*.

O presente trabalho constitui-se em um esforço reflexivo sobre a elaboração de materiais de apoio pedagógico e de comunicação sob a ótica da Educação Popular e da Agroecologia. Objetiva socializar experiências que nascem da interação entre um coletivo de estudantes, técnicos/as e professores/as da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e comunidades, organizações e movimentos sociais camponeses do nordeste de Minas Gerais. Para tanto, partiu-se da revisão bibliográfica de temas norteadores da construção dos materiais, destacando-se a contribuição destes na edificação de ambientes educativos onde a partilha de saberes entre educandos/as e educadores/as e as dinâmicas locais sejam as referências do processo.

A partir da análise de quatro materiais comunicativos, elaborados entre os anos de 2009 e 2011, discutimos como o uso de imagens e a construção textual podem contribuir no fortalecimento de processos educativos que preconizem a participação ativa dos sujeitos e a organização popular.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES E A AGROECOLOGIA

A Agroecologia resulta da interação entre a *práxis* produtiva e sociopolítica das comunidades camponesas, principalmente latino-americanas, e a investigação transdisciplinar, surgida da reação ética de técnicos/as, intelectuais e acadêmicos/as, frente à deterioração da natureza e da sociedade pela agricultura convencional (SEVILLA GUZMÁN; MIELGO, 2005).

No Brasil, o movimento agroecológico emerge a partir da década de 70 como um movimento de contraposição a rápida expansão da política de modernização agrícola e de suas trágicas conseqüências: expropriação dos territórios camponeses, homogeneização da paisagem agrária e erosão cultural. Ele resulta dos acúmulos e da articulação do movimento da Agricultura Alternativa.

Nas últimas décadas o movimento ganha força e se articula em redes na perspectiva da socialização das experiências, valorização das diversidades das expressões regionais e da criação de suas identidades e estratégias para contraposição ao atual modelo de desenvolvimento. Para Gomes de Almeida (2009) é a formação de identidades em torno da construção de um modelo alternativo para o mundo rural que nos permite referir a existência de um *campo agroecológico* brasileiro.

É justamente na opção popular de desenvolvimento rural que a Agroecologia se encontra com as lutas dos movimentos sociais do campo, o que fortalece as interconexões entre a *práxis* etnoecológica e a ação social transformadora.

La contribución de los movimientos sociales a la Agroecología podría ser esquematizada a través de lo podría denominarse como “las formas de conciencia” agroecológica. Son éstas, la conciencia de especie (frente a la explotación ecológica intergeneracional o,

en otras palabras; los recursos naturales no son la herencia a nuestros hijos, sino el préstamo de nuestros nietos), la conciencia de clase (frente a la explotación económica intrageneracional), conciencia de identidad (frente a la discriminación étnica), conciencia de género (frente a la discriminación de la mujer) y la conciencia de explotación generacional (frente a la discriminación de los mayores y la explotación o marginación de los niños). (SEVILLA GUZMÁN, 2005).

Como assinala Arroyo (2003, p.36): “Os movimentos sociais nos puxam para radicalizar o pensar e fazer educativos na medida em que nos mostram sujeitos inseridos em processos de luta pelas condições elementaríssimas, por isso radicais, de viver como humanos.”

Por sua vez, a contribuição da Agroecologia aos movimentos sociais camponeses relaciona-se ao entendimento de que a racionalidade ecológica do campesinato e suas lutas são parte de um mesmo processo, ou seja, não há como pensar a transformação social no campo sem articular diversidade sócio-cultural, processos ecológicos e unidade política. Para Petersen, Soglio e Caporal (2009) a visão prática da agroecologia nos movimentos sociais do campo expressam-se em duas frentes complementares. Uma refere-se a luta contra as políticas públicas de expansão da agricultura industrial; e a outra no estímulo a dinâmicas sociais voltadas para a experimentação agroecológica. Segundo os autores, isto evidencia que a Agroecologia é simultaneamente enfoque científico e movimento social.

3 EDUCAÇÃO POPULAR E O ENFOQUE AGROECOLÓGICO

Contraopondo-se as intervenções técnicas-educativas de caráter impositivo (de conhecimentos externos) e marginalizador (de sabedorias seculares), o enfoque agroecológico preconiza o diálogo e a elaboração de tecnologias referenciadas no contexto e na criatividade social. Parte do pressuposto de que ninguém é desprovido de conhecimentos e que este é construído no processo dialético e dialógico entre sociedade e ambiente, sujeitos e ecossistemas locais.

Para efetivar a participação dos sujeitos e a apropriação/organização coletiva dos aprendizados, a Agroecologia adota a educação popular-libertadora como estratégia metodológica e instrumento político. Ao estimular o despertar de forças “naturalmente” adormecidas, a educação libertadora inclui ao mesmo tempo a consciência e o mundo, a palavra e o poder, o conhecimento e a política, a teoria e a prática (CEPIS, 2008). Assim, o que se pretende com o diálogo não é que o educando reconstitua todos os passos dados até hoje na elaboração do saber técnico e científico, mas sim a *problematização* do conhecimento para melhor conhecer, interpretar e transformar a realidade concreta (FREIRE, 1983).

Apoiado nesta concepção, o pensamento agroecológico contrapõe a forma estática-linear e a pseudoneutralidade do pensamento técnico-científico convencional. O que orienta a abordagem são os acúmulos e desafios históricos dos sujeitos sociais, especialmente daqueles identificados com o Campo.

Ao contrário das novidades introduzidas de fora a partir da concepção do difusionismo tecnológico, a inovação camponesa não promove uma ruptura com o passado. Pelo contrário: a tradição é, literalmente, o caldo de cultura para que a inovação exista, com o futuro sendo construído em estreita conexão com a história e a cultura local. Assim compreendida, a tradição apresenta-se como a plataforma a partir da qual um outro tipo de modernidade é projetado com base em raízes culturais que situam o campesinato no tempo e no espaço. (PETERSEN; SOGLIO; CAPORAL, 2009, p. 92).

A proposição agroecológica não nega a investigação científica. O que se busca é transformá-la, ou seja, alterar seu núcleo central de poder, baseado na ciência convencional, em outro, referenciado no conhecimento local e que responda as prioridades e capacidades das comunidades rurais (SEVILLA GUZMÁN, 2001). Para isso, um dos principais desafios é a superação da visão reducionista de hierarquização entre conhecimentos científicos e populares.

A desmistificação do conhecimento científico, enquanto verdade única e indiscutível, e a mudança de posturas e valores dos/as pesquisadores/as e extensionistas são pontos fundamentais na construção do paradigma agroecológico para o campo brasileiro.

4 ELABORAÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS PARA A AGRICULTURA CAMPONESA

Tanto a educação formal quanto a informal variam de acordo com “*a sociedade, as relações de forças envolvidas, a época, o estágio de desenvolvimento e o lugar em que ocorrem*” (ORSO, 2008). Assim, os materiais educativos tendem a refletir o “agir educativo” da sociedade, que se encontra atrelado às opções políticas dos setores dominantes. Sobre a maioria dos conteúdos da educação formal Orso afirma que,

[...] estão mais voltados para ensinar que a “Eva viu a uva”, ou seja, conteúdos abstratos, do que para compreender a vida concreta, isto é, a matemática da fome, o português da violência, a geografia e a história da exploração e dos problemas sociais, a ciência da história da vida real e voltam-se mais para a adaptação, para alienação, para o conformismo do aluno ao meio, do que para desmitificar, para questionar as condições de vida e o modo de produção capitalista. (ORSO, 2008, p. 51).

Do mesmo modo, as mensagens educativas da extensão difusionista-excludente se preocuparam mais com os avanços da agricultura capitalista do que com os interesses históricos e imediatos do campesinato. A superação do atual

modelo e a edificação de outra realidade no campo brasileiro passa pela construção de novas abordagens comunicativas e de aprendizagem que atuem em função da participação dos sujeitos e da apropriação coletiva dos conhecimentos. O quadro 1 destaca elementos importantes, segundo Guivant (2002), na transição para um novo profissionalismo na pesquisa e extensão rural.

	Profissionalismo tradicional	Novo profissionalismo
Supostos sobre a realidade	Realidade singular, tangível	Realidades múltiplas socialmente construídas
Método científico	Reducionista, positivista; o mundo complexo se desagrega em variáveis independentes e em relações de causa/efeito; categorias e percepções do pesquisador centrais	Método científico capta a complexidade da realidade; categorias e percepções locais importantes
Estratégias e contexto da pesquisa	Pesquisadores conhecem o que querem; planos de pesquisa predeterminados; experimentos controlados; contexto independente e controlável	Pesquisadores não sabem resultados da pesquisa; processo de aprendizagem em aberto. Compreensão através da interação; contexto da pesquisa fundamental
Quem estabelece prioridades?	Profissionais	Atores locais e profissionais em conjunto
Relações entre atores no processo	Profissionais controlam e motivam clientes à distância	Profissionais estimulam diálogo intenso; laços de confiança através de análises conjuntas e negociações
Modos de trabalho	Unidisciplinar	Multidisciplinar
	Tecnologias ou serviços rejeitados culpa dos atores locais. Carreiras profissionais distantes de práticas em campo	Tecnologias ou serviços rejeitados por problemas diversos. Carreiras profissionais sempre envolvem todos os planos da atividade

Quadro 1 - Profissionalismo em transformação na extensão rural.

Fonte: Guivant (2002).

Acreditamos que a Agroecologia e a Educação Popular podem oferecer princípios e aportes metodológicos para efetivar uma prática extensionista radicalmente comprometida com a promoção da vida e da cidadania. Neste compromisso a comunicação, compreendida como “a co-participação dos sujeitos

no ato de pensar” (FREIRE, 1983, p. 45), deve ser praticada como uma relação essencialmente humana, política, cultural e histórica.

Nesta perspectiva temos centrado esforços na elaboração de materiais de apoio pedagógico e informativos para comunidades camponesas do nordeste de Minas Gerais. Os materiais têm sido desenvolvidos, desde 2009, no âmbito de projetos de extensão/pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e de parcerias com organizações e movimentos sociais da região. Em formatos diversos (cartilhas, revistas, informativos, etc.) eles visam valorizar os saberes tradicionais, socializar experiências, e contribuir na construção do saber agroecológico e na organização política camponesa. A seguir, alguns exemplos desses materiais e seus objetivos:

- **Cartilha de Diálogos (2009):** Apoiar um processo de Formação de Agentes Agroambientais no Vale do Mucuri – MG. Os agentes são camponeses/as vinculados a 16 associações de agricultores/as que contribuem para a construção de alternativas de uso sustentável para Áreas de Preservação Permanente e na difusão dos princípios agroecológicos. *Locais de socialização:* Comunidades camponesas do Vale do Mucuri onde ocorreram os momentos de formação e eventos de socialização de experiências;
- **Revista de socialização de experiência: Proteção dos Recursos Hídricos e Florestais pela Agricultura Familiar (2010):** Compartilhar aprendizados dos encontros de formação e viagens de intercâmbios no âmbito de um projeto desenvolvido em parceria com a Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores (ARMICOPA)³. *Locais de socialização:* comunidades com associações que compõe a rede ARMICOPA, e eventos dos quais participam organizações do movimento agroecológico, como seminários, encontro de trocas de experiências e oficinas;
- **Cartilha: Qualidade da terra na margem dos córregos (2010):** Enriquecer o conhecimento que as pessoas das comunidades camponesas possuem sobre seus ambientes, e discutir alternativas ecológicas de manejo dos solos. *Locais de socialização:* Comunidades de Água Limpa, Jamir, Marambainha e Misterioso – Vale do Mucuri, MG;
- **Cartilha: Direito das Comunidades Tradicionais (2011):** Apoiar as comunidades tradicionais do Alto Jequitinhonha e do sul da Bahia no exercício de seus direitos. A cartilha apresenta legislações e propõe uma reflexão sobre os direitos sociais. *Locais de socialização:* comunidades quilombolas e tradicionais

³ A Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores (ARMICOPA) é uma organização – Rede de cooperação entre associações de comunidades agricultoras do Vale do Mucuri, MG. Atualmente são filiadas 16 associações que, na base, incluem cerca de 500 famílias.

localizadas em áreas de conflitos ambientais no alto Jequitinhonha e em um intercâmbio de experiências com o povo Pataxó no extremo sul da Bahia.

Podemos destacar três elementos estruturantes na elaboração desses materiais: a valorização da cultura, o protagonismo do campesinato e a organização popular. Em todos eles a vida cotidiana e as relações comunitárias foram os pontos de partida. Assim como Lima e Silva (2008) acreditamos que em ações comunicativas que respeitem e valorizem a autonomia dos sujeitos é impossível desconhecer os conhecimentos habituais, cotidianos ou tradicionais.

Acreditamos também que o modo campesino de viver reflete a existência do potencial endógeno transformador, ou seja, um foco de resistência popular contra a homogeneização ecológica e o aniquilamento sócio-cultural da agricultura capitalista. Conforme destacam Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), o potencial endógeno que a agroecologia faz referência não está apenas no plano de conhecimento local do indivíduo, “[...] mas também ao grau de compromisso que possui com a identidade vinculada ao referido conhecimento e as comunidades que o compartilham.”

Independente do caráter, qualquer processo ou ferramenta que busque a interação problematizadora junto ao campesinato deve atentar e ter sensibilidade para captar os elementos de diálogo que o cotidiano e suas relações oferecem.

A primeira coisa é ter um bom banco de experiências, códigos, histórias, imagens que provêm dos próprios destinatários. Odores e sabores, costumes e piadas, causos e detalhes culturais de todo tipo devem encher nossa mochila. E, junto a isso, uma grande criatividade, ou seja, uma grande capacidade de brincar. Jogos de palavras ou de imagens, jogos de sentido e sentimentos. (KAPLÚN, 2003, p. 54).

Discutimos e relacionamos abaixo alguns subsídios da vida cotidiana das populações camponesas dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri na ação educativa à que se propõem os trabalhos apresentados.

USO DE IMAGENS E CONSTRUÇÃO TEXTUAL

A documentação fotográfica tem importante papel na contraposição de esteriótipos historicamente criados e vinculados no cotidiano dos meios de comunicação de massa. Nestes, as formas de vida e os saberes seculares das populações camponesas são tidos como representação de um passado já superado pela evolução da sociedade e construção do “ser” urbano. Da mesma forma, ao reforçar a imagem do agronegócio⁴ como o único caminho possível, em detrimento da agricultura

⁴ Compreende-se como agronegócio o conjunto de empresas capitalistas direta ou indiretamente relacionadas com processos de produção, beneficiamento, industrialização e de comercialização de *commodities* para exportação,

camponesa, objetiva-se enfraquecer a luta pelo direito a terra e mobilizar a sociedade em favor do modelo dominante no campo (MANSUR, 2008).

Por isso, é importante o uso de retratos do cotidiano, onde as pessoas se encontram como parte da realidade que constroem. Reconhecerem-se como parte da coletividade, da construção do conhecimento e da transformação da sociedade, é reconhecerem-se como sujeitos políticos. Na revista de socialização de experiência “Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos e Florestais pela Agricultura Familiar”, priorizou-se o uso de imagens em que os/as agricultores/as encontravam-se juntos em grupos de discussão e/ou atividades coletivas (Figura 1). Buscou-se associar imagens e depoimentos dos participantes dos momentos de formação, foco do projeto sistematizado.

A fotografia pode ser a base também para os materiais onde se pretende criar personagens, em formas de desenhos, para o diálogo comunitário. Esta é uma opção interessante, pois, em locais onde a cultura *se reproduz principalmente por meio da oralidade*, a linguagem escrita nem sempre desperta o interesse do leitor. A presença de desenhos também atrai os olhares das crianças que, compreendendo a mensagem educativa, podem promover o diálogo.

Na cartilha “Direitos das comunidades Tradicionais” adotamos a técnica de vetorização de imagens⁵ para a criação de personagens (Figura 2).

ou seja, de produtos ou subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestais e agroextrativistas comercializados predominantemente na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F (CARVALHO, 2005). Associado a grande escala de produção, ao monocultivo e o uso de insumos e tecnologias exógenas, o agronegócio representa a versão mais atual da agricultura empresarial industrializada.

⁵ As imagens foram obtidas por meio do trabalho com fotografias em software de design gráfico. Buscou-se manter fidelidade na representação dos traços e cores presentes no cotidiano das comunidades.



Figura 1 - Páginas da Revista “Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos e Florestais pela Agricultura Familiar”, destacando a disposição das imagens.

Fonte: Moreira et al. (2010).



Figura 2 - Traços e cores da resistência dos Povos Tradicionais.

Fonte: Fávero, Lourdes e Moreira (2011).

Outra observação importante é que as personagens presentes nos meios de comunicação de massa nunca trazem as cores, os traços, ou portam instrumentos de trabalho das classes populares. Para combater os preconceitos historicamente criados e presentes nas comunidades é preciso explicitar e valorizar o sentido que elas atribuem: o amarelo no pequi sertanejo, o preto do jenipapo nas pinturas corporais indígenas, o marrom-terra dos artesanatos de barro, o vermelho da bandeira e da luta pela reforma agrária. São símbolos culturais, de identidade étnica e de trabalho que mulheres e homens constroem na memória herdada, na vida diária e nos desafios históricos.

Devido às relações desiguais de gênero, as mulheres ainda se encontram distante de muitos espaços de decisão da sociedade. Nas comunidades camponesas não é diferente, e a superação da estrutura hierárquica entre homens e mulheres passa por sua desconstrução em ambientes políticos, como Associações e Sindicatos, familiar e de trabalho. Como destaca Siliprandi (2009, p. 150): “A Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres agricultoras.”

O material educativo, elaborado sob a perspectiva agroecológica, tem o papel de combater situações de subordinação vividas pelas mulheres do campo. Neste sentido, é importante destacar imagens/ilustrações onde as mulheres se encontram organizadas, expressando opiniões, e contrapondo a sociedade patriarcal; registrar e dar visibilidade a suas contribuições políticas, sociais e econômicas.

A construção textual é sempre um desafio na elaboração de materiais para a agricultura camponesa; as formas de escrita, quase sempre técnico - acadêmicas, dificultam ou impossibilitam a compreensão dos leitores que, muitas vezes, tiveram acesso apenas aos anos iniciais da educação formal. Cabe ressaltar, todavia, que apesar da escola ser o ambiente que marca sistematicamente a habilidade de ler e escrever, “[...] fora da escola também se lê e se escreve de modos diversos, muito singulares, para as mais diferentes necessidades e motivações, nos mais diversificados grupos e espaços sociais, inclusive independente do nível de escolaridade das pessoas.” (THIES; PERES, 2009, p. 219).

Na construção do texto a educadora ou o educador devem perceber os sistemas locais de comunicação, pois eles indicam os caminhos para a utilização da escrita. O uso de aspectos próprios do linguajar cotidiano como nomes populares de plantas e ambientes, dos cantos de luta e resistência, dos “causos” da comunidade, etc. Na cartilha “Qualidade da terra nas margens dos córregos” utilizamos os nomes adotados pela comunidade para o diálogo sobre as plantas indicadoras das propriedades do solo (Figura 3).

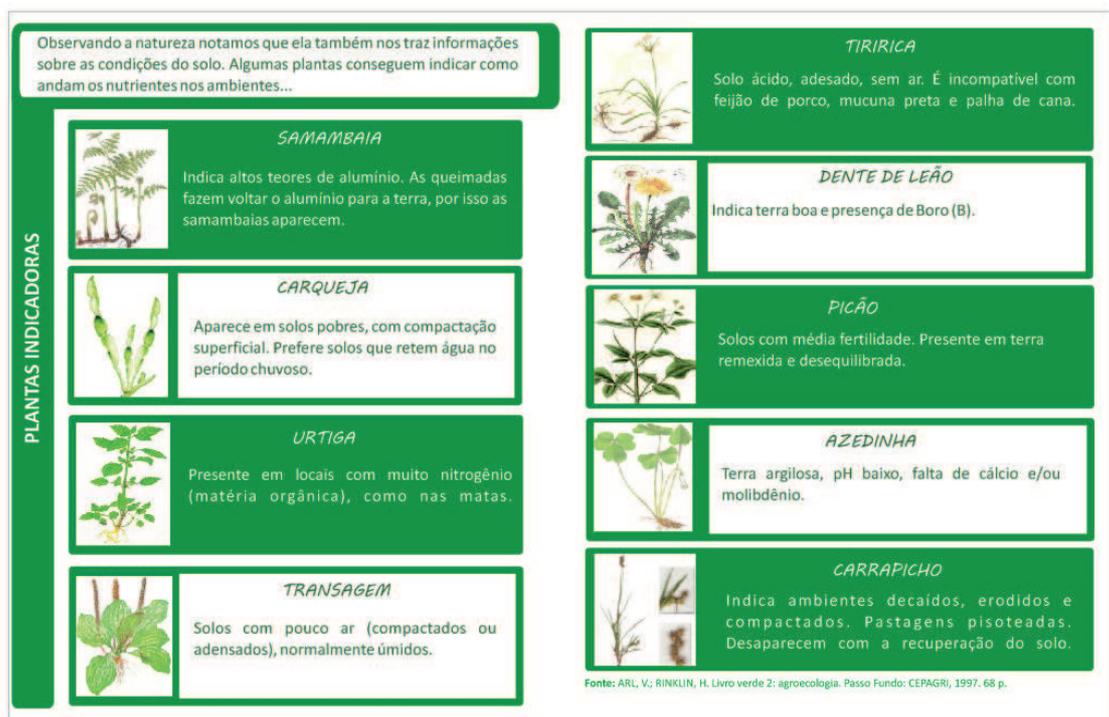


Figura 3 - Plantas indicadoras da qualidade da terra: construção do conhecimento agroecológico na cartilha “Qualidade da terra nas margens dos córregos”.

Fonte: Fávero et al. (2009).

Em materiais de socialização ou relato de experiências, optamos em dar destaque às falas das/os participantes, mensagens criadas nos trabalhos em grupos e os aprendizados dos intercâmbios comunitários de saberes. Em outros, sobretudo no debate sobre direitos sociais, é importante o uso de termos presentes nas legislações acompanhados por sua representação em elementos da linguagem local.

A presença de outras representações criativas como poemas, músicas e desenhos presentes na vida comunitária são também de grande valor na apropriação da mensagem educativa. O poema “Grotta do Coqueiro”, escrito por participantes de um encontro realizado no Assentamento Aruega – MST⁶, localizado no município de Novo Cruzeiro, é fruto da interação criativa entre o tema debatido e a realidade local, e foi destacado na revista “Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos e Florestais pela Agricultura Familiar”:

Coqueiro novo/Eu quero ver brotar/
Na grotta do coqueiro/Quero ver água jorrar/
Lá na grotta do coqueiro/Têm muito mato espalhado/
Tem canto de passarinho/E bicho pra todo lado/

⁶ Módulo de Formação do Programa de Formação de Agentes Agroambientais promovido em parceria com a ARMICOPA em julho de 2008. A fazenda Aruega foi a primeira a ser ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de Minas Gerais em 1988.

Descobrimos muita coisa/ Nessa nossa caminhada./
Tem roça, horta, pomar/E a Suelí puxando enxada/
Na roça de Seu Leônidas/Passa boi, passa boiada/
Mas a nossa nascente/Logo vai ser recuperada. (MOREIRA, 2010, p.17).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que qualquer forma de comunicação que pretenda apoiar a construção do conhecimento agroecológico e a luta popular deve centrar esforços na valorização e divulgação de elementos da cultura local. Neste sentido, a utilização de “retratos do cotidiano” é fundamental para a sensibilização e mobilização social, pois diminuem a distância entre o leitor e o conhecimento sistematizado.

Mais do que um veículo de transmissão ou de “devolução” de pesquisas científicas, os materiais comunicativos apresentados representam uma posição e afirmação de que o papel do conhecimento científico nas realidades camponesas dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, não é o de adestramento, nem de dominação dos saberes populares, mas o de interação e de problematização junto aos sujeitos sociais que os constroem na vida cotidiana. Ademais, a opção pela Agroecologia como modelo de desenvolvimento rural, pressupõe a convicção de que ela é construída no âmago das lutas populares. Lutas que não se desvinculam dos conhecimentos endógenos, da cultura e das identidades camponesas, pois são exatamente estas as sementes da transformação social no campo.

Em um mundo onde o conhecimento científico, obtido via instituições educativas formais orientadas pela classe dominante é, quase sempre, o único socialmente reconhecido e válido, a sabedoria popular permanece marginalizada e em constante risco de desaparecimento. Sendo assim, a construção de conhecimentos na perspectiva da Agroecologia e da Educação Popular deve superar a pseudoneutralidade científica e estar carregada do compromisso ético-político dos/as pesquisadores/as e extensionistas com as classes oprimidas e seus desafios.

MOREIRA Gabriel Dayer Lopes de Barros; FÁVERO Claudenir. Educational Materials for the Communication with Peasant Agriculture in the Agroecology Perspective. Educação em Revista, Marília, v. 12, n.2, p. 75-90, Jul.-Dez. 2011.

ABSTRACT: This article represents a reflective effort towards the development of educational materials of support and information for communities, organizations and social movements. In contrast to the standard diffusionist-exclusive of the modernizing rural extension, Agroecology and Popular Education present principles and methodological contributions able to contribute in building new communication and learning approaches. According to this new principles and methodology there must be participation of individuals and the collective

appropriation of knowledge. The overcoming of the hierarchical view between scientific and popular knowledge, and the ethical-political commitment to the oppressed classes should guide researchers and extensionists who are acting within this perspective. Some initiatives of dialogue within rural communities of northeastern Minas Gerais are presented and discussed.

KEYWORDS: Peasant Agriculture. Agroecology. Popular Education. Social Movements.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais. *Currículo sem Fronteiras*, Portugal, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDE SAPIENTIAE (CEPIS). *Concepção de Educação Popular do CEPIS*. São Paulo, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. A insustentabilidade do atual modelo econômico e tecnológico da agricultura brasileira. In: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). *O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 198-202.

FÁVERO, Claudenir; LOURES, Rosamaria Santana Paes; MOREIRA, Gabriel Dayer Lopes de Barros. *Direitos das Comunidades Tradicionais* (Cartilha). Diamantina: UNEB: UFVJM, 2011.

FÁVERO, Claudenir et al. *Qualidade da terra nas margens dos córregos* (Cartilha). Diamantina: UFVJM, 2009.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES DE ALMEIDA, Sílvio. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-83.

GUIVANT, Julia Silvia. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, p. 72-88, out. 2002.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 9, n. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003.

LIMA, Irenilda de Souza; SILVA, Ana Paula Gomes. Folkcomunicação e extensão rural brasileira: as estratégias de comunicação rural para o desenvolvimento local. *Razón y Palabra*, México, v. 60, mar. 2008. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/antiores/n60/souza_gomes.htm> Acesso em: 18 de agosto de 2011.

MANSUR, Douglas Amparo. Imagens da resistência do campesinato no Brasil e na Bolívia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 403-424.

MOREIRA, Gabriel Dayer Lopes de Barros. *Proteção e recuperação dos recursos hídricos e florestais pela agricultura familiar*. Teófilo Otoni: ARMICOPA, 2010.

ORSO, José Paulino. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, José Paulino; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-63.

PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo; DIAS, Ailton (Org.). *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. Cadernos do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2007. p. 5-16.

PETERSEN, Paulo; SOGLIO, Kessler Dal; CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

_____. *Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria*. Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MIELGO, Eduardo Alonso. *Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores*. Sevilla: Dirección General de Investigación Agrária, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. *Sobre a evolução do conceito de Campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHIKI, Shigeo. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés. V. (Org.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 141-176.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 139-151.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

THIES, Vânia Grim; PERES, Eliane. Quando a escrita ressignifica a vida: diários de um agricultor: uma prática de escrita “masculina”. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 216-231, maio/ago. 2009.

